

7.08.07 – Educação/Tópicos Específicos da Educação

LEI 11.645/2008 E SUA IMPLEMENTAÇÃO NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ – UEPA

Elson Mateus Monteiro Sousa¹, Joelma Cristina Parente Monteiro Alencar².

1. Graduando em Geografia (UEPA) / Bolsista de Iniciação Científica PIBIC-AF/CNPq

2. Doutora em Educação (UFRN) / Docente da Universidade do Estado do Pará / Orientadora

Resumo

A Lei 11.645, de 10 de março de 2008, regulamenta que as escolas de ensino básico, através prioritariamente das disciplinas Educação Artística, Literatura e História, ofereçam conteúdos relacionados a dois grupos étnicos nacionais, a saber: Indígenas e Afro-brasileiros. Para a sua efetiva aplicação, é necessário que os professores, ainda no ensino superior, sejam capacitados para trabalhar adequadamente com estes temas. O presente trabalho analisou a implementação da referida lei nos cursos da Universidade do Estado do Pará (UEPA), especificamente no Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE), particularmente, ao que se refere à História e Cultura Indígena. A metodologia empregada consistiu na busca de elementos de caráter documental e, posteriormente, a aplicação de questionários ao corpo acadêmico dos cursos da instituição, seguida da devida análise dos dados que foram obtidos, que revelaram como os cursos da instituição tem lidado com a inclusão desta temática nos currículos.

Palavras-chave: Formação de Professores; Cultura; Indígenas;

Apoio financeiro: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

Introdução

A inclusão das temáticas relacionadas a história e a cultura afro-brasileira e indígena nos currículos da Educação básica brasileira através da promulgação da Lei 10.639/2003 e, posteriormente, da Lei 11.645/2008 foram e ainda são de crucial importância para o ensino da diversidade cultural no Brasil. De acordo com Borges (2010) essas leis são a prova da busca pela valorização e reconhecimento da história e a cultura dos seus povos afrodescendentes e indígenas, buscando assim reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos.

Neste sentido, pode-se dizer que a inclusão de temas que abordem sobre a diversidade étnica e racial nos currículos da educação básica, além de fortalecer o reconhecimento e o respeito às diferentes histórias e culturas, também amplia o foco dos currículos escolares para o ideal humanístico da escola (GADOTTI,1995). Em se tratando das histórias e culturas indígenas contribui para desconstruir o foco euro e etnocêntrico da educação brasileira.

Considerando a importância desta temática, realizamos esta pesquisa na Universidade do Estado do Pará – UEPA, especificamente no Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE-Belém/Campus que abriga a grande maioria dos cursos de Licenciatura da instituição. Dentre os cursos ofertados, estão os três citados nominalmente pela Lei 11.645, ou seja, Letras (Língua Portuguesa), História e Educação Artística, com foco em Música, além de Pedagogia. Sendo assim, este estudo focaliza a unidade acadêmica do CCSE, por congregar institucionalmente os lócus desta investigação.

Esta pesquisa teve como objetivo principal analisar como ocorre o ensino de História e Cultura Indígena nos cursos de licenciatura do CCSE/UEPA, sob as orientações da Lei 11.645. A partir do objetivo principal, este trabalho procurou alcançar os seguintes objetivos específicos: **I)** Identificar quais os projetos do Centro de Ciências Sociais e Educação CSSE/UEPA perspectivam o trabalho docente a partir da Lei nº 11.645; **II)** Descrever como os professores do Centro de Ciências Sociais e

Educação CSSE/UEPA desenvolvem atividades acadêmicas a partir da Lei nº 11.645 e **III) Avaliar os impactos do trabalho desenvolvido por docentes do Centro de Ciências Sociais e Educação - CSSE/UEPA a partir da Lei nº 11.645 na formação discente.**

Metodologia

Este trabalho contou com seis fases distintas, que aconteceram durante o período de agosto de 2016 até julho de 2017, envolvendo uma abordagem qualitativa da pesquisa científica. Os procedimentos metodológicos desenvolvidos foram da pesquisa de campo, em atividades que se articulam entre si, como o levantamento bibliográfico, o levantamento documental e o levantamento dos dados empíricos.

A primeira fase se deu com um levantamento bibliográfico a respeito da história e cultura indígena e afro-brasileira e como estas duas matrizes são trabalhadas na educação escolar brasileira, em especial no que tange aos indígenas. A segunda fase consistiu na leitura e análise dos projetos políticos pedagógicos (PPP's) dos cursos de História, Letras (Língua Portuguesa), Educação Artística (Música) e Pedagogia, se atendem ao que neles se referia a temática indígena. A terceira fase se deu com a elaboração e posteriormente, a aplicação de questionários, a discentes, docentes e coordenadores dos quatro cursos supracitados. Com isso, recebemos um total de trinta e oito (38) questionários respondidos, sendo desses vinte (20) de estudantes e dezoito (18) professores/coordenadores quando se leva a variável "função do respondente" em conta. Por outro lado, se levamos em consideração a variável "curso do respondente" temos que doze (12) são de pedagogia, onde (11) são de história, oito (8) são de Letras – Português e sete (7) são de Música. A quarta fase se deu com a análise dos dados obtidos na fase anterior por meio da análise crítica e interpretativa das questões em relação com a Lei 11.645 e o referencial teórico utilizado, em seguida, a quinta fase se deu com a sistematização dos resultados. Por fim, a sexta e última fase se deu com a elaboração de um artigo científico, correspondente ao relatório final da pesquisa.

Resultados e Discussão

A análise da aplicação da Lei 11.645 na UEPA se deu primeiramente com a leitura e a análise dos projetos políticos pedagógicos (PPP's) dos cursos de História, Música, Letras – Português e Pedagogia. Ao final desta etapa, o que se viu foi: **I) O curso de História conseguiu fazer um bom trabalho e ofertou disciplinas na sua grade curricular (ex: Arqueologia e História indígena na Amazônia, História da Amazônia) que incluíram de forma satisfatória a temática indígena, proporcionando um contato de seus discentes com temas como etnia, raça, cultura e interculturalidade em sala de aula; II) O curso de Letras-Português deu indícios de caminhada a uma educação intercultural, até mesmo incluindo-a como um objetivo em seu PPP, porém ainda lhe faltam disciplinas específicas, que sejam relacionadas aos indígenas como no curso citado anteriormente; III) Música e Pedagogia sequer mencionam os povos indígenas, o que prova que não se adaptaram à Lei 11.645 até o presente momento. Na verdade, contam com PPP's anteriores a lei (datam de 2002 e 2006, respectivamente) e que precisam ser discutidos atualizados para se adequarem à Lei.**

Na fase posterior, o que se pôde notar a partir da análise dos questionários foi que há diferenças significativas na maneira com que é tratada a questão indígena entre estes cursos e isso

se reflete nos discursos apresentados pelos dados obtidos.

Notou-se alguns avanços que não poderiam deixar de ser mencionados, como no caso do curso de História, que trouxe para seus domínios discussões importantes, fomentando a pesquisa nesta área e incentivando seus discentes a se interessarem pelo assunto, numa tentativa de romper com a História contada por uma única versão hegemônica em detrimento de uma outra História, contada pelos próprios indígenas e isso é fundamental no contexto nacional e mais ainda no contexto regional. A esse respeito, achamos interessante que no curso de História, alguns dos respondentes relataram que já haviam escrito e publicado alguns artigos científicos, orientados por uma professora do curso, focando a temática indígena nos livros didáticos de História e esses mesmos já tinham em mente que suas Teses de Conclusão de Curso (TCC's) caminhariam pela temática indígena, evidenciando que o curso tem procurado formar professores que trabalhem de acordo com a Lei.

Por outro lado, este quadro de avanço não foi constatado nos outros três cursos verificados porque, de acordo com o que foi coletado através dos questionários, quase não há preocupação com a formação com vistas a essa temática, o que chegou a ser criticado por vários respondentes, principalmente aqueles da categoria docente. Estes cursos precisam reavaliar seus projetos se quiserem mudar este panorama que aqui expomos, com a adoção de disciplinas voltadas a questão indígena, com docentes ligados a grupos de pesquisa e/ou estudo preocupados em repassar este conhecimento e com eventos acadêmicos, oficinas, minicursos e outras programações que despertem interesse nos discentes.

Conclusões

A partir do que já foi aqui exposto, constatou-se que embora já tenham se passado dez anos do decreto desta lei, três dos quatro cursos verificados ainda não conseguiram elaborar projetos pedagógicos que levem realmente em conta a temática indígena, o que acaba tendo repercussões diretas na formação dos graduandos que, por sua vez, acabam reproduzindo ante os estudantes certos estereótipos, perpetuando um ciclo de desinformação a respeito das populações indígenas.

Os resultados da pesquisa demonstraram que muito do que tem sido feito internamente quanto a este tema tem sido limitado por dificuldades estruturais da Universidade, dentre as quais uma das mais citadas pelos respondentes foi a incipiente de produção referente a questão indígena na biblioteca central do CCSE. Isso é algo observável, e foi constatado em uma rápida pesquisa realizada no sistema eletrônico da instituição (SIBIUEPA).

A quase inexistente produção sobre a temática faz com que muitos dos discentes que porventura tenham interesse em realizar estudos sobre isso tenham que recorrer a outras fontes que não a da própria Universidade, como bibliotecas públicas e particulares. Somam-se a esta, outras dificuldades como o pouco número de grupos de estudo e pesquisa relacionados a área e também o pouco número de docentes que tem como linha de pesquisa a questão indígena, o que faz com as coordenações de curso e departamentos tenham dificuldades na lotação docente para as disciplinas ligadas à área em questão. Estas dificuldades certamente impactam negativamente na formação dos graduandos que, em alguns casos, sequer tomam conhecimento da lei 11.645.

Também constatou-se que a partir da experiência positiva de um dos cursos da instituição no que se refere a questão indígena, o corpo docente deste curso conseguiu utilizar a teoria e colocá-la

em prática em alguns projetos individuais, resultando em algumas publicações e a expectativa é que o trabalho docente dos futuros egressos esteja no caminho da interculturalidade à qual a lei 11.645 faz necessária nas salas de aula.

Para finalizar, torna-se importante registrar a ampliação de estudos sobre a Lei 11.645, assim como, mais investimento por parte das instituições na formação dos professores sobre o ensino das histórias e culturas dos povos indígenas.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Lei 11.645 de 10 de março de 2008**. Disponível em. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm. Acessado em: agosto de 2016.

BORGES, Elisabeth Maria de Fátima. **A Inclusão da História e da Cultura Afro-brasileira e Indígena nos Currículos da Educação Básica**. Revista Mês. Hist., Vassouras, v. 12, n. 1, p. 7184, jan. /jun., 2010.

GADOTTI, Moacir; FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Pedagogia: diálogo e conflito**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Letras**. Belém, UEPA, 2010. 44 p.

_____. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em História**. Belém, UEPA, 2008. 72 p.

_____. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Música**. Belém, UEPA, 2002. 59 p.

_____. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia**. Belém, UEPA, 2006. 134 p.